

A TERRA DE SANTA CRUZ E O BRASIL COLÔNIA NA FICÇÃO

DO FIM DO SÉCULO XX

TERRA DE SANTA CRUZ AND COLONIAL BRAZIL IN

LATE 20th CENTURY FICTION

Marilene Weinhardt¹

RESUMO: O artigo apresenta levantamento e estudo dos títulos que ficcionalizam a descoberta da terra ou o período colonial, lançados no Brasil nas décadas de 80 e 90 do século passado. O objetivo é apreender as imagens que a ficção constrói do período do nascimento do país, em que medida ela referenda as narrativas históricas consagradas e em que aspectos as questiona. Procura-se ainda pontuar, rapidamente, os recursos narrativos mobilizados nessas figurações.

Palavras-chave: ficção histórica contemporânea.

ABSTRACT: This article presents a survey and analysis of books launched in Brazil during the 80's and 90's of the last century fictionalizing the discovery of the land or the Brazilian colonial period. The goal is to identify the images of the country's birth built in fiction, understanding to what extent they attest consecrated historical narratives, or in which aspects they question these narratives. The article also punctuates briefly the narrative resources mobilized in these figurations.

Keywords: contemporary historical fiction.

Nas duas últimas décadas do século passado, os ficcionistas brasileiros encenaram o passado histórico com muita insistência. O exame dos títulos lançados permite inferir que foi o período em que mais se frequentou a modalidade que se pode denominar como ficção histórica, contornando assim o rótulo *romance histórico*. Este parece causar mal-estar em alguns escritores, provavelmente incomodados pela ideia de que esse subgênero é uma forma que se submete a convenções românticas.

¹ UFPR/CNPq

Preocupações terminológicas à parte, é certo que o passado histórico foi encenado em muitos romances publicados no fim do século XX. Consequentemente, foi objeto de atenção e interesse da crítica, que assim teve oportunidade de rever conceitos, discutir critérios de classificação, aventar hipóteses sobre causas, traçar panoramas e avaliar a qualidade das realizações.

A despeito de contestações e divergências entre os estudiosos que se dedicam à abordagem da modalidade, há unanimidade quanto à necessidade de reconhecer em Lukács o pioneiro no exame dessa fatia da produção romanesca. O ensaio *O romance histórico*, datado de 1936, só traduzido para o português em 2011, é ponto de partida incontornável. Um dos princípios lukacsianos que vem merecendo cuidado, à vista da produção contemporânea, diz respeito à distância entre o tempo do escritor, ou da escrita, e o tempo narrado, ou seja, o tempo ficcionalizado. Para o teórico alemão, a mediação de séculos entre uma época e outra era praticamente um dado óbvio, uma vez que elegeu os romances de Walter Scott como modelo por excelência. Quem se dedica ao estudo da ficção histórica atual percebe que essa é uma questão das mais espinhosas e merece revisão. O número de romances que ficcionalizam o passado recente é muito expressivo. Entretanto, no vasto conjunto de romances brasileiros que podem ser lidos como ficção histórica publicados nas décadas de 80 e 90 do século XX, há um subconjunto em que se pode passar ao largo de tal discussão, pois ficcionaliza tempo recuado a ponto de se poder medir a distância em séculos. Mais precisamente, trata-se da ficcionalização do período da descoberta do Novo Mundo, bem como dos tempos coloniais.

A frequentação dessa faixa do tempo pretérito não é prerrogativa da produção brasileira. Mais de um estudioso da literatura hispano-americana apontou a insistência na tematização da descoberta e dos primeiros movimentos de ocupação das Américas na produção contemporânea. A comemoração dos 500 anos é apontada como causa central dessa constância, mas não a única. Buscas de identidade, tentativas

de explicar o presente pelo passado, uso da ficção como recurso para chamar a atenção para a história são fatores que engrossam essa produção. No exame dos títulos, tentar-se-á detectar os resultados dessa tendência na produção brasileira. A restrição à produção nacional decorre da necessidade metodológica de impor delimitações precisas na seleção do *corpus* de pesquisa.

Dentro das linhas já anunciadas — produção brasileira, publicação entre 1981 e 2000 — são quinze os títulos a considerar. É preciso atentar ainda para outras exclusões operacionais. Não constam na listagem romances que figurem o período colonial, mas alcancem também épocas posteriores, bem como ficam de fora aqueles cuja ação transcorra no período escolhido, se a ação romanesca estiver centrada em uma personagem em particular, independente de se tratar de personagem empírica ou não. Assim, são abordados a seguir os romances cuja ação romanesca está localizada no tempo indicado e que decorre dos acontecimentos que marcaram esse período histórico, predominando a atenção à coletividade.

Memorial do paraíso: o romance do descobrimento do Brasil (1999), de Sílvio Castro, anunciado como “Volume I da trilogia do Novo Mundo” (informação constante na página de rosto), foi “[p]ublicado originalmente na Itália [...], em 1991” (informação constante nos créditos). Na edição brasileira reproduzem-se as “ilustrações preciosas” do artista italiano Luigi Rinciotti, conforme adjetivação de Jorge Amado, em “[a]rtigo publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, logo após o lançamento da edição italiana do romance” (p. 5, nota 1), texto que é transcrito no volume à guisa de apresentação.

Na narrativa alternam-se dois discursos: as cartas, em forma de diário, que Pero Vaz de Caminha escreve à filha, capítulos sempre em itálico, e os atos da peça dramática “Festa para o Príncipe Venturoso”, em que Caminha é o Mensageiro. O recurso tem triplo rendimento. Tanto um discurso pode dar continuidade à ação

relatada no outro, ou recuperar um tempo anterior, comportando assim explicações, como também pode relatar o mesmo fato, marcando a diferença entre o que é a opinião privada, a que podem ter acesso os íntimos, e a voz para uso oficial, perante a corte.

No ato da leitura realiza-se o diálogo entre três textos — o documento histórico (nota assinada pelos editores informa que “Sílvio Castro é autor de um dos mais completos estudos sobre *A carta de Pero Vaz de Caminha [...]*”, última capa) e os dois textos ficcionais que compõem o romance —, desestabilizando a noção de verdade única.

Terra Papagalli (1997), de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, ficcionaliza a ocupação da terra iniciada por degredados deixados por Cabral. O processo irônico se instaura no “Agradecimento a meus dentes” (p. 5), garantia de sobrevivência. A “Humilde dedicatória ao conde de Ourique” (p. 7) oferece elementos internos da narração — nome e apelido do narrador; local da redação; criação de um santo que não consta da hagiografia católica, Santo Ernulfo, cujos supostos ensinamentos darão sustentação às teorias e ações do narrador; destinatário; objetivos do relato — e a ligação com o referente, o tempo: ano de 1536. Portanto, os supostos elementos paratextuais fazem parte do universo ficcional, subvertendo os procedimentos editoriais, subversão que alcança as orelhas do volume.

A voz narradora é a de um degredado, que em cada capítulo recorre ao pastiche de diferente discurso da Literatura de Informação, alcançando sempre efeito burlesco. Assim, se lê relato de aventuras com dose de picaresco, crônica informativa no modelo dos viajantes, carta, dicionário da língua nativa, bestiário, manual militar, formulação de mandamentos para o cotidiano, extraídos da vida prática. Acrescente-se o prefixo *pseudo* a cada uma dessas modalidades discursivas e entender-se-á o processo paródico visando o efeito cômico. De fato, é a farsa, o tom de “como se fosse”, o recurso empregado com frequência para alcançar a ironia.

A marca mais evidente no texto é o hábito de extrair de cada fato um ensinamento, uma lição pseudomoral, que diz mais do Brasil contemporâneo ou do ser humano em geral, em conclusões sempre desmerecedoras para a nação e para o homem.

A ação romanesca de *Guerra de Imaginações* (1997), de Doc Comparato, ocorre paralelamente no Vaticano e no Brasil recém-descoberto. Recheado de lances folhetinescos, todos os detalhes da trama são decisivos para o curso da narração.

Pouco antes de morrer, Pio III recebera um cavaleiro misterioso, emissário do rei de Portugal, comunicando a possível descoberta do Paraíso. Monsenhor Filippo, teólogo dedicado ao estudo das hierarquias dos anjos e frequentemente tomado de arroubos místicos, é enviado secretamente para investigar e analisar a novidade. Nesse ínterim morre o papa e é eleito o cardeal Giuliano Della Rovere, que toma o nome Júlio II. O desejo de marcar seu papado com uma ação grandiosa motiva a pintura do teto da capela Sistina. Michelangelo é convocado. Nesta altura os dois fios narrativos seguem paralelos. Enquanto no Vaticano discute-se e processa-se a pintura, com muitos confrontos entre as concepções de arte de Michelangelo e do papa, o monsenhor chega ao destino. Condicionado pela leitura dos textos sacros, que não se pautam pela razão, a realidade americana é um convite à imaginação desbragada de monsenhor Filippo. Terminada a pintura da Capela Sistina, chega o momento da “guerra de imaginações”. Prepara-se a cerimônia na qual Júlio II pretende deslumbrar uma seleta plateia eclesiástica com a exibição do que deveria ser a marca de seu papado. Mas o monsenhor, que chegara anônimo, rouba-lhe a cena. Concomitantemente à abertura das cortinas, divisando-se as primeiras formas do monumental afresco, o recém-chegado intervém inopinadamente com o relato sobre a descoberta do Paraíso e de suas maravilhas, apagando completamente o sentido da religião, uma vez que já não há pecado e as portas do éden não são mais guardadas por monstros. A confusão toma conta do recinto e de toda a cidade.

O autor, em nota final, não regateia ao leitor suas fontes, destacando o papel decisivo que teve a leitura do clássico de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*. Refere os fatos históricos usados, às vezes com alguma deformação, ou melhor, com cruzamentos não registrados nos ensaios históricos. Quando o leitor já está convencido da cientificidade do trabalho de pesquisa do autor, o mascaramento denuncia-se nas últimas linhas: “[...] por fim, em relação aos anjos, não tenho certeza se naquela época se apresentavam ou se comportavam como foi descrito no livro, de qualquer forma foi uma grande perda para a humanidade a extinção visual destes seres maravilhosos chamados ‘artistas do céu’ que viviam na eterna primavera.” (p. 283). O deslizamento da voz do autor para a voz do narrador nos devolve ao mundo da ficção.

Os tempos inaugurais são visitados também em *Paraguaçu e Caramuru: paixão e morte da Nação Tupinambá* (1995), de Assis Brasil. A narrativa começa em 1510 (o ano é sempre grafado em destaque no bloco, logo depois do título e da epígrafe), alcançando 1549, para fechar o “Preâmbulo” voltando a 1510. O foco incide na chegada de Diogo Álvares Correia à Bahia de Todos os Santos e os primeiros contatos com Paraguaçu. A “Primeira Parte”, dividida em dezessete capítulos numerados, apresenta um *flashback* que retrocede a 1415, até os dois tempos se encontrarem. As partes seguintes, mais três, estendem-se ao longo do século XVI, alcançando 1621, ainda que a partir de 1572 cada ano indicado esteja reduzido a um parágrafo, compondo um capítulo intitulado “A morte da utopia” (p. 297). O penúltimo, datado de 1557, registra “A morte de Caramuru” (p. 292). Além das ações dos portugueses, da presença dos franceses, das peripécias amorosas, o romance relata o cotidiano das tribos e povoações e também as lendas e tradições indígenas.

Contando com evidente pesquisa extensiva, a narrativa não renuncia a nada, muitas vezes optando inclusive por colagens, em destaque gráfico, mas sem indicação

de fonte. Por mais interessantes que sejam as explicações, a estrutura romanesca deixa-se abalar pelas informações fortuitas.

É praticamente o mesmo período e, em larga medida, as mesmas personagens que se encontram em *1549: romance nas terras de Santa Cruz* (1999), de Aydano Roriz. De início o narrador centraliza a narrativa nas figuras portuguesas, que depois interagem com indígenas. Daí a atenção em Tomé de Sousa, particularmente em seu criado Garcia d'Ávila, que vai gozar de extensa e, do ponto de vista econômico, ascendente trajetória na nova terra, casando-se com uma filha de Caramuru e enriquecendo como criador de gado. Compondo o cenário, além de lusos e índios, aparecem ainda padres, africanos e mestiços.

A opção pelo periférico permite a realização de um romance de aventuras, de peripécias rocambolescas, de passagens eróticas, sem fazer a subversão da história. Essa escolha não significa que as figuras históricas fiquem fora de cena. Trata-se antes de um recurso para ganhar o leitor e propor uma perspectiva que considere a dimensão humana do passado. A imagem final apresenta três personagens abraçadas, o governador de Pernambuco, Caramuru e Ávila, cena de despedida de amigos, na eminência do retorno de Tomé de Sousa. O epílogo resume as sucessões na casa real portuguesa, refere momentos posteriores da cena histórica brasileira, relata a morte de Garcia d'Ávila e de Tomé de Sousa. O registro da listagem bibliográfica complementa a proposta histórica.

Em *A conquista dos sertões de dentro* (1983), de Renato Castelo Branco, a descendência de Garcia d'Ávila alcança a quinta geração. Essa linhagem pode ser identificada como herói do romance, se cabe esse papel em narrativa que, já na Introdução, se assume como “história romanceada” (p.13). Uma “Nota” de abertura poupa o trabalho do leitor que costuma garimpar “o verdadeiro” na ficção histórica: “As personagens e os acontecimentos essenciais deste livro são historicamente verdadeiros” (p. 11), listando-se na sequência as “figuras de ficção”. Quase todas estas

aparecem no enredo e logo morrem. Assim, frustra-se a expectativa do leitor de romance histórico em que personagem ficcional se transforma em centro da ação. A criação dessas personagens é antes recurso para apresentar situações de época. Castelo Branco, seguro no uso dos recursos narrativos para alcançar os objetivos anunciados, é fiel ao seu propósito de compor um quadro das bandeiras em grandes pinceladas, de uma perspectiva histórica e antropológica, mas sem que estes discursos pesem sobre a narração das ações. O índio é vítima, mas não há tom de denúncia, antes de análise.

O índio, na figura de Cunhambebe e dos outros chefes nativos que o seguiram na liderança da Confederação dos Tamoios, é o herói e a vítima em *Meu querido canibal* (2000), de Antônio Torres. O tom é de denúncia da violência exercida contra os índios, inclusive da parte de figuras como Anchieta. A proposta de revisão histórica consiste em expor sem atenuantes os interesses comerciais, inclusive da Igreja, nas navegações. Alianças entre portugueses e franceses com tribos inimigas entre si entram na cena, acentuando e explorando a divisão interna dos povos ameríndios como estratégia de enfraquecimento.

O romance é composto de três blocos. O primeiro, com vinte e cinco capítulos numerados, inicia-se com recurso da oralidade: “Era uma vez um índio. E era nos anos 500, no século das grandes navegações — e dos grandes índios.” (TORRES, 2002, p. 9). As opções linguísticas variam entre o didatismo e a ironia, com expressões e referências atuais. A evocação do tom de história contada se mantém até o último bloco, curto, com parágrafos muito breves, definitivos, concluindo com: “E era uma vez os grandes índios. / Não tiveram escolha: escravidão ou morte.” (Ibid., p.95). A parte “II. No princípio Deus se chamava Monan”, contém um relato mítico-fundador, citando fontes de variadas extrações, de Thévet a Rocha Pombo e Lévi-Strauss. O “querido canibal” é colocado na posição de interlocutor da reflexão, ainda que sempre ausente. Na parte “III. Viagem a Angra dos Reis”, subdividida em seis capítulos, a narração

focaliza o itinerário de “um homem” (Ibid., p. 117) que pesquisa a história dos índios, ou seja, o percurso do autor, aspecto documental reforçado em dois dados paratextuais, o item “Leituras canibalizadas” (Ibid., p. 185-186), e o registro dos “Agradecimentos” (Ibid., p. 187-188), que resume, em outros termos, a última parte.

A história da escravização indígena é o que se propõe apresentar Assis Brasil, em *Bandeirantes: os comandos da morte* (1999). A incriminação dos paulistas desbravadores, patente no subtítulo, amplia-se para todo o processo de colonização, perdendo o foco em decorrência da ambição de narrar tudo, de trazer todas as informações, sem distinguir as estruturantes das secundárias, ou antes, dispensáveis no plano romanesco. São sete partes, com subdivisões, além de “Introdução” e longo “Prólogo”, contendo levantamento de todas as possíveis origens dos povos americanos, evocando indiscriminadamente fontes das mais variadas extrações, com livre curso da fantasia. Para completar, no fechamento aparece um resumo da história da cidade de São Paulo, da fundação aos problemas ambientais do fim do século XX, com o registro das tentativas de solução da parte dos governantes.

Pouco mais de meio século depois da descoberta, o Brasil será objeto de interesse dos franceses. Em *A quarta parte do mundo* (1999), Clóvis Bulcão ficcionaliza o projeto da França Antártica como uma ameaça aos segredos da Ordem dos Templários, que se teriam refugiado no Novo Mundo em tempos imprecisos.

Com o mesmo cuidado com que apresenta os objetivos políticos e comerciais da França e constrói a trajetória do vice-almirante Nicolau Durand Villegagnon, caracterizado como ambicioso e despótico, a narração descreve o percurso e os interesses da Ordem, atribuindo a uma personagem que também atende por Nicolau, o cavaleiro Nicolau Jolly, a missão de impedir a revelação dos segredos templários transpostos para esta terra. O cavaleiro logo detecta o maior risco de desvendamento no senso de observação do padre André Thevet, que analisa traços culturais dos indígenas e percebe comportamentos que Jolly identifica como prova dos

ensinamentos iniciáticos circulando entre os nativos. Jolly, em favor de sua missão, explora as fraquezas do padre e faz com que ele peça para retornar ao reino. Assim, o fato histórico é apresentado como decorrente dos acontecimentos no mundo ficcional.

Como Jolly ainda fica no forte Coligny por algum tempo, a narrativa acompanha alguns desdobramentos históricos, oportunidade para colocar em cena outras personagens empíricas, como Léry, Boléz, Anchieta, Mem de Sá, Araribóia. Historiador de formação, Bulcão registra, no epílogo, o destino de algumas dessas personagens, mas no entrecho romanesco não há fissura entre o discurso ficcional e o histórico. Este é referendado pelo registro de Bibliografia.

Nem só os segredos das irmandades cristãs migraram junto com as culturas transplantadas para a nova terra. É o mistério de ações de uma irmandade secreta de negros promovendo estranhos crimes no Rio de Janeiro da terceira década do século XVII que sustenta o enredo de *O trono da rainha Jinga* (1999), de Alberto Mussa.

Narrativa com características de romance policial, o diálogo com a história se dá por conta do tráfico negreiro e da escravidão, e o conseqüente surgimento de ritos mágicos de cunho pagão no Brasil, desestabilizando a cultura branca. É oportunidade para criar um cenário com as mais variadas figuras, com as quais o leitor vai montando um jogo, em vista do rentável emprego de um foco narrativo que se desloca a cada capítulo, jogo que conta ainda com a dificuldade de os negros usarem um nome cristão como escravos e outro como “irmãos”. Uma voz completa a outra e vai organizando o bem urdido quebra-cabeças narrativo.

O extremo sul é espaço que demora mais a entrar na configuração do território. A primazia de movimento social da história do Rio Grande do Sul é reivindicada para a Revolta dos Dragões, ocorrida em 1742. O episódio é ficcionalizado por Antonio Hohlfeldt, em *O exílio na terra dos muitos* (1992), com subtítulo indicativo do espaço ficcionalizado e da função que a obra se propõe: “O romance da fundação de Rio

Grande”. O caráter histórico é registrado em nota de abertura, com indicação de fontes e agradecimentos.

O recurso narrativo empregado é apresentar os fatos em diálogo entre um coronel e um médico. Para dados que não caberiam nesse discurso sem comprometer a verossimilhança, recorre-se a colagens. Assim criam-se oportunidades para apresentar o espaço geográfico, a composição social e a história. O título remete a um discurso fundador que tanto serve para a edificação como para o desmerecimento. Trata-se de carta datada de 1737, constante da epígrafe e evocada nos diálogos como um lugar-comum naquele meio, em que o Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho indica o que há na “terra dos muitos” (p. 4), listando detalhadamente os aspectos positivos e também os negativos, garantindo assim a ambiguidade quanto ao potencial daquele território.

Vozes do passado se fazendo ouvir no presente é recurso usado em outra obra que ficcionaliza o espaço sulista, *A cidade dos padres* (1986), de Deonísio da Silva. A instância narrativa é instaurada focalizando a prisão, no final do governo militar, de escritor que estava trabalhando em um romance sobre o Marquês de Pombal. Nesse plano temporal, que ocupa o primeiro e o último capítulos, nomes e episódios da memória recentíssima do país à época da publicação são apresentados de forma sarcástica e mordaz, marca típica do autor. Nos gabinetes governamentais, o presidente da nação, ministros e assessores discutem a detenção do intelectual, conjecturando sobre possíveis efeitos e repercussão em tempos que já se querem de abertura. Ninguém sabe as razões que levaram a essa ação, a gratuidade é patente. Assunto constante desse grupo é a tentativa de entender os escritos do prisioneiro, apresentados sob o título “Pombal se recorda” (SILVA, 1998, p. 21), narrativa que o leitor passa a ler.

Nos dezoito capítulos que compõem o romance dentro do romance, alternam-se discursos de memória de Pombal e diálogos que mantém com personagens de

variadas faixas temporais do pretérito, como um chefe indígena, o Padre Vieira, o historiador Jaime Cortesão, D. João II, Cristóvão Colombo, Loyola e até uma bruxa. O recurso apresenta a época do Marquês e, particularmente, a questão com os jesuítas e seus efeitos no processo de colonização, colocando em destaque a repercussão dessa política do reino junto aos Sete Povos e ao Sacramento. Sempre se é lembrado de que as vozes são trazidas do passado, não é o leitor que é transportado para outro tempo, por procedimento como registrar espécie de rubrica antecedendo os diálogos com informação como “Entreouvido em além-túmulo” (Ibid., p. 49), ou “Numa sessão espírita, Pombal relata...” (Ibid., p. 151). A opção pela denúncia dos projetos políticos dos jesuítas não significa adesão à política pombalina. Todos são flagrados em seus jogos de poder. O paralelismo com o presente do Brasil nos anos 80 do século passado é evidente.

Fundação de cidade com destino histórico bem diverso é romanceada por Renato Castelo Branco em *O planalto: o romance de São Paulo* (1985). Um texto de abertura, intitulado “Esclarecimento”, poupa o leitor de tentativas de estabelecimento do nível de ficcionalidade: “Todos os fatos e personagens essenciais deste livro são historicamente verdadeiros. Excetuam-se Vasco da Cunha e Rodrigo Ramalho, que são figuras de ficção. O autor usou também de liberdade em relação à data da bandeira de Braz Cubas, ocorrida em 1560 e não em 1563 como consta no livro, por conveniência narrativa.” (p. 7). Seguem-se informações sobre as fontes usadas, listando obras e autores. A opção do autor pela história romanceada é consciente.

Sem malabarismos, a narrativa flui sob mão segura, em terceira pessoa, cumprindo a função de oferecer informações, da perspectiva de uma visão da história como uma sequência de acontecimentos vividos por seres humanos que cumprem seu destino, sem excessos de heroísmo nem de pusilanimidade.

Um painel da exploração das minas e suas consequências, no início do século XVIII, é a opção de Ana Miranda em *O retrato do rei* (1991). O foco incide na guerra dos

Emboabas, na forma de relato de aventuras. No espaço entre o decadente Rio de Janeiro e a florescente região da mineração — representado graficamente por um fac-símile de mapa intitulado “Roteiro do Caminho Velho do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro 1707” reproduzido na primeira e na última página, assegurando assim o aspecto documental — transita uma dama que porta a suposta solução para a luta, ou melhor, para a paz entre paulistas e emboabas, em disputa pela exploração das riquezas minerais. Trata-se do retrato do rei português D. João V, enviado como presente aos paulistas, com recurso para apaziguá-los. O problema é fazê-lo chegar às mãos dos destinatários.

No caminho, a secreta portadora se depara com toda espécie de contratempus e riscos, incluindo traição e várias tentativas de roubo. Não falta a trama amorosa, o apaixonado herói sem jaça, capaz das maiores proezas em defesa da amada e dos altos interesses políticos, vem como o indefectível oponente, sagaz, poderoso e sem escrúpulos.

Quebra-cabeças temporal, resultando em imagem caleidoscópica funcional, é montado por Rui Mourão em *Boca de chafariz* (1991). Em 1979, o estado de Minas Gerais é atingido por violenta temporada de chuvas, que provoca intensa e prolongada enchente, afetando sobremaneira a cidade de Ouro Preto. Uma voz de crônica jornalística dá conta desses acontecimentos, permeada pelas vozes dos moradores de outra época, despertados do sono eterno pela ameaça de destruição. Com a experiência de vida nos tempos áureos do burgo — o período da mineração, das tentativas de intervenção política e das grandes realizações artísticas — eles querem entender o perigo e, se possível, contribuir para afastá-lo.

Colocar personagens históricas transitando — e principalmente tendo voz, ainda que fantasmagórica — em outro tempo é o surpreendente recurso para apresentar uma cidade que, no século XX, luta pela preservação e vive das imagens e da projeção do passado.

A memória que a maioria dos brasileiros tem dos estudos escolares registra as navegações e os descobrimentos, dando oportunidade a conhecidas e nem por isso resolvidas discussões sobre acaso ou intencionalidade, tanto em um caso como no outro destacando-se as decisões dos grandes nomes da história. Quanto ao período colonial, em geral é visto em bloco, como se poucas mudanças tivessem ocorrido ao longo de três séculos. Ponto de inflexão situa-se na chegada da família real, que se apresenta como quebra do marasmo na vida da possessão portuguesa. Não se está afirmando que a pesquisa histórica está nesse estágio, e sim que aqueles que não se dedicam a essa reflexão costumam ter esse quadro congelado dos primeiros tempos do país. A ficção das últimas décadas do século XX mostrou-se disposta a contribuir para desestabilizar essa percepção.

Não é preciso lembrar que qualquer delimitação de *corpus* de pesquisa resulta de escolhas do pesquisador. Há maiores possibilidades de chegar a resultados relevantes se os critérios forem estabelecidos a partir do convívio com o material. À vista da ficção brasileira do final do século XX, a vertente da ficção histórica aparece em destaque, quantitativa e qualitativamente. A despeito da precariedade de qualquer classificação, é tarefa do pesquisador procurar formas de ordenação, de modo a dar conta do todo por partes, ou só de algumas frações, ou mesmo de uma fração. Os critérios de delimitação da porção tratada aqui foram descritos de início, mas não foram estabelecidos de antemão, provieram de buscas de conjugação do que a criação oferecia, em diálogo com os estudos históricos. A temporalidade, elemento fundante em qualquer narrativa, foi o ponto de partida. O conjunto resultante evidencia que os descobrimentos não dependeram exclusivamente da ação dos poderosos da época, bem como ilustra que o percurso de três séculos não se deu tranquilamente, antes foi marcado por grandes convulsões.

Dito dessa forma, seja pontuando facetas do descobrimento, seja tendo em vista singularidades do período, não se está referindo nada que os estudos históricos não deem conta. É a conjugação com os recursos ficcionais que permite abrir o leque da pluralidade em toda sua extensão. A ficção, discurso que não tem compromisso com a comprovação, pode instaurar sua própria verossimilhança e, assim, aventar conjecturas, apresentando-as ficcionalmente como verdades. A enumeração de aspectos históricos ficcionalizados é longa e variada: descobrimento pelos olhos do escrivão da frota ou pela experiência do degredado; índio reprimido pelo branco, que resiste até a extinção ou se deixa aculturar; conquistadores, seja na figura histórica proeminente, seja no subalterno que alcança posição social e econômica na nova terra; bandeirantes, vistos como fundadores ou como repressores; invasores que também são colonizadores; segredos de escravos, exploração do ouro; fundação de cidades, disputas por poder e suas consequências. O espaço também é amplo, cobrindo do nordeste ao extremo sul, com a indispensável passagem pelas minas e pelos espaços que viriam a ser apontados, nos séculos seguintes, como eixo cultural e econômico da nação. As vozes que narram situam-se em muitos tempos e posições, explorando recursos narrativos múltiplos, ampliando assim as possibilidades de figuração das facetas do real. A concepção de história evidenciada pelos escritores vai da herança positivista à busca de desconstrução do discurso histórico tradicional pela via da blague, da ridicularização.

O historiador Jacques Le Goff, em reflexão sobre o que é a história e os modos de construí-la, questiona: “E por que não, um setor literário da história-ficção na qual, respeitando os dados de base da história — costumes, instituições, mentalidades — fosse possível recriá-la, jogando com o acaso e com o *événementiel*?” (Le GOFF, 1990, p. 50). Alguns dos títulos comentados poderiam ser acolhidos nessa rubrica, história-ficção. Nesses casos, a ameaça maior é que a flutuação entre o registro histórico e o discurso ficcional gere solavancos na escrita romanesca. Por vezes, o cronista derrota

o ficcionista. O didatismo, muitas vezes, provoca uma espécie de ambição de totalidade. Apesar dos riscos, aqueles leitores brasileiros que leem preferencialmente romances estrangeiros por apreciarem narrativa de aventuras com peripécias de alta voltagem e alguma dose de mistério, poderiam tomar algum gosto pela literatura produzida aqui se tivessem oportunidade de contato com alguns dos romances apontados como encenação do passado histórico em relatos de aventuras. De quebra, seriam expostos a informações que levam à revisitação de aspectos da história do país.

Nem só de história romanceada ou de história sob o véu de relato de aventuras alimenta-se a ficção histórica. Há também aqueles títulos que, a partir da circunstância histórica, provocam abertura para o imaginário, que se povoa de figuras que não dependem do referencial, de acontecimentos que não se circunscrevem ao plano real, de um tempo que independe do correspondente empírico. Seu limite é a linguagem, que é, paradoxalmente, o ilimitado. Tais romances estão neste conjunto, mas poderiam estar em outro, em outros. São obras em que a ficção prescinde de adjetivos, não interessa se é histórica, se é brasileira, se é contemporânea. Mas, como sabem todos os que leram o mestre de mais de uma geração de leitores, a história de uma literatura não é feita somente de obras-primas.

REFERÊNCIAS

ASSIS BRASIL. *Bandeirantes: os comandos da morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

_____. *Paraguaçu e Caramuru: paixão e morte da nação tupinambá*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1995.

BULCÃO, Clóvis. *A Quarta parte do mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

CASTRO, Sílvio. *Memorial do paraíso*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

CASTELO BRANCO, Renato. *A conquista dos Sertões de Dentro*. São Paulo: LR Editores, 1983.

_____. *O Planalto*. São Paulo: LR Editores, 1985.

COMPARATO, Doc. *A guerra das imaginações*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

HOHLFELDT, Antonio. *O exílio na terra dos muitos*. Belo Horizonte: Lê, 1992.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2011.

MIRANDA, Ana. *O retrato do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MOURÃO, Rui. *Boca de Chafariz*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.

MUSSA, Alberto. *O trono da rainha Jinga*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

RORIZ, Aydano. *1549: romance nas terras de Santa Cruz*. São Paulo: Europa, 1999.

SILVA, Deonísio da. *A cidade dos padres*. 3 ed. São Paulo: Mandarim, 1998.

TORERO, José Roberto e PIMENTA, Marcus Aurelius. *Terra Papagalli*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TORRES, Antonio. *Meu querido canibal*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.